

MARCO ANTONIO RODRIGUES

MANUAL DOS RECURSOS

AÇÃO RESCISÓRIA E RECLAMAÇÃO

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 14.07.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

R614m

Rodrigues, Marco Antonio

Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação / Marco Antonio Rodrigues. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-01323-8

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

17-43203

CDU: 347.91/.95(81)

1102286

2.1.7.	Princípio da singularidade, unirrecorribilidade ou unicidade.....	42
2.1.8.	Princípio da fungibilidade	45
2.1.9.	O princípio do aproveitamento dos recursos ou da primazia do mérito recursal	52
Capítulo 3 – Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....		55
3.1.	Noções gerais.....	55
3.1.1.	Natureza da decisão que realiza juízo de admissibilidade...	57
3.1.2.	Requisitos de admissibilidade	60
3.1.2.1.	Tempestividade	60
3.1.2.2.	Preparo	65
3.1.2.3.	Regularidade formal	72
3.1.2.4.	Cabimento	73
3.1.2.5.	Legitimidade para recorrer.....	73
3.1.2.6.	Interesse em recorrer.....	77
3.1.2.6.1.	Interesse em recorrer das partes.....	77
3.1.2.6.2.	Interesse em recorrer de terceiros	79
3.1.2.6.3.	Interesse em recorrer do Ministério Público	80
3.1.2.7.	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo ao direito de recorrer	80
3.2.	Juízo de mérito	82
Capítulo 4 – Efeitos dos recursos.....		83
4.1.	Noções gerais.....	83
4.1.1.	Efeito obstativo ou impeditivo	83
4.1.2.	Efeito suspensivo	85
4.1.3.	Efeito devolutivo.....	88
4.1.4.	Efeito translativo.....	89
4.1.5.	Efeito regressivo.....	92
4.1.6.	Efeito expansivo.....	93
4.1.7.	Efeito substitutivo.....	96
Capítulo 5 – Honorários recursais.....		99
Capítulo 6 – Da ordem dos processos nos tribunais.....		107
6.1.	Da necessidade de organização de procedimentos perante os tribunais.....	107

6.2.	Distribuição	108
6.2.1.	Prevenção de relator.....	109
6.3.	O relator	111
6.3.1.	Poderes do relator.....	112
6.3.2.	O julgamento monocrático (art. 932, IV)	116
6.4.	Inclusão em pauta	118
6.5.	Sessão de julgamento.....	120
6.5.1.	Sustentação oral.....	121
6.5.2.	Questão preliminar no julgamento. Vício sanável. Conversão do julgamento em diligência	125
6.5.3.	O pedido de vista.....	129
6.5.4.	Proclamação do resultado. Mudança de voto. Quórum de decisão. O voto vencido.....	131
6.5.5.	Publicação do acórdão.....	134
6.5.6.	Técnica de ampliação de colegiado para julgamento de apelação, agravo de instrumento e ação rescisória	135
6.5.6.1.	O fim dos embargos infringentes e sua substituição por uma técnica de ampliação de colegiado.....	135
6.5.6.2.	Cabimento	136
6.5.6.3.	Exclusões.....	138

PARTE II

OS RECURSOS EM ESPÉCIE

Capítulo 7 – Apelação	143
7.1. Noções gerais	143
7.1.1. Cabimento	143
7.1.1.1. Apelação em face de decisões interlocutórias....	146
7.1.2. Efeitos	152
7.1.2.1. Efeito devolutivo	152
7.1.2.1.1. Inovação em sede de apelação. O fato superveniente e a questão de direito....	155
7.1.2.1.2. O efeito translativo e sua relação com o efeito devolutivo	156
7.1.2.2. Efeito suspensivo	158
7.1.3. Procedimento. A teoria da causa madura	159

Capítulo 8 – Agravo de instrumento.....	167
8.1. Cabimento.....	167
8.2. Efeitos	171
8.3. A formação do instrumento	172
8.4. O ônus de comunicar a interposição do agravo.....	179
8.5. Procedimento	182
Capítulo 9 – Agravo interno	185
9.1. Cabimento.....	185
9.2. Procedimento e efeitos	190
9.3. A multa pelo uso protelatório do agravo interno	192
Capítulo 10 – Embargos de declaração.....	197
10.1. Natureza jurídica: recurso?.....	197
10.2. Cabimento.....	197
10.3. Prazo	204
10.4. Efeitos	205
10.4.1. O efeito modificativo dos embargos de declaração	207
10.5. Competência.....	211
10.6. Uso abusivo dos embargos de declaração.....	211
10.6.1. A multa por embargos protelatórios	211
10.6.2. Os embargos de declaração dos embargos de declaração ...	214
Capítulo 11 – Recurso ordinário.....	215
11.1. Cabimento.....	215
11.2. Admissibilidade e procedimento	220
11.3. Efeitos	223
Capítulo 12 – Recursos especial e extraordinário	225
12.1. O gênero dos recursos extraordinários	225
12.2. Cabimento.....	226
12.2.1. Cabimento do recurso extraordinário	227
12.2.2. Cabimento do recurso especial.....	237
12.2.3. Recurso especial e extraordinário adesivo	244
12.3. Características comuns aos recursos especial e extraordinário.....	246
12.3.1. Efeito devolutivo restrito.....	246
12.3.2. Necessidade de esgotamento das instâncias ordinárias	252

12.3.3.	Necessidade de interposição simultânea do recurso especial e do recurso extraordinário	254
12.3.4.	Duplo juízo de admissibilidade.....	256
12.3.5.	Fungibilidade	258
12.3.6.	Prequestionamento	259
12.4.	Repercussão geral.....	264
12.4.1.	Espécies	264
12.4.2.	Competência para apreciação da repercussão geral.....	267
12.4.3.	Aspectos procedimentais	268
12.5.	Técnica de julgamento de recursos repetitivos	270
12.5.1.	Eficácia vinculante do julgamento de recurso representativo	275
12.5.1.1.	Comunicação ao Senado Federal da declaração de inconstitucionalidade em sede de recurso extraordinário, para fins de suspensão da execução da lei declarada inconstitucional	277
Capítulo 13 – Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário....		279
13.1.	Cabimento.....	279
13.2.	Procedimento e efeitos	282
Capítulo 14 – Embargos de divergência		287
14.1.	Cabimento.....	287
14.2.	Efeitos	292

PARTE III

OUTROS MEIOS DE REVISÃO DE DECISÕES

Capítulo 15 – Ação rescisória	297
15.1. As ações autônomas de impugnação a decisões. Conceito de ação rescisória	297
15.2. Requisitos.....	298
15.2.1. Atos passíveis de rescisória	298
15.2.2. Trânsito em julgado	304
15.2.3. Observância do prazo para propositura.....	304
15.2.3.1. Regras especiais quanto ao prazo da rescisória....	309
15.2.4. Observância de alguma das hipóteses de cabimento da ação rescisória	312
15.3. Juízo de admissibilidade e de mérito.....	323

15.4.	Legitimidade.....	325
15.4.1.	Legitimidade ativa.....	325
15.4.2.	Legitimidade passiva.....	327
15.5.	Competência.....	328
15.6.	Procedimento da ação rescisória	332
15.7.	Distinguindo a ação rescisória e a ação anulatória (art. 966, § 4.º, CPC).....	335
15.8.	Diferenciando a ação rescisória e a <i>querela nullitatis</i>	337
15.8.1.	Características essenciais	339
Capítulo 16 – Remessa necessária		343
16.1.	Natureza jurídica e constitucionalidade.....	343
16.2.	Cabimento.....	346
16.3.	Procedimento e recursos da decisão do reexame	354
Capítulo 17 – Reclamação		359
17.1.	Histórico e fundamentos.....	359
17.2.	Conceito, natureza jurídica e finalidade	360
17.3.	Cabimento.....	365
17.3.1.	Reclamação da reclamação?	368
17.3.2.	Reclamação e decisão transitada em julgado.....	369
17.3.3.	Necessidade de interposição de recurso em face da decisão objeto de reclamação?.....	370
17.3.4.	Cabe reclamação contra decisão de Juizado Especial que contraria entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça?	371
17.3.5.	A reclamação pode ser utilizada como instrumento para a distinção de precedente ou sua interpretação?.....	376
17.3.6.	Reclamação e súmula vinculante.....	379
17.3.7.	Reclamação e controle concentrado de constitucionalidade....	382
17.3.7.1.	Reclamação, ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de inconstitucionalidade (ADC).....	383
17.3.7.2.	Reclamação e arguição de descumprimento de preceito fundamental	386
17.4.	Legitimidade.....	388
17.5.	Tribunais que podem ter sua decisão passível de reclamação	393
17.6.	Aspectos formais e procedimentais	394
Referências bibliográficas		403
Anexo: a relevância como requisito de admissibilidade do recurso especial		411